

# Relatório Anual 2005

ESCRITÓRIO DE INTEGRIDADE INSTITUCIONAL



Banco Interamericano de Desenvolvimento



Corporación Interamericana de Inversiones

# Sumário

Carta do Presidente . . . . .	i
Introdução . . . . .	iii
<b>I</b> Evolução e mandato . . . . .	1
<b>II</b> Processos de investigação . . . . .	3
<b>III</b> Estatísticas . . . . .	7
<b>IV</b> Resultados das investigações e estudos de caso . . . . .	15
<b>V</b> Prevenção por meio de divulgação e outras iniciativas . . . . .	25
<b>VI</b> O caminho a percorrer . . . . .	31

Para informar sobre possíveis irregularidades ou fazer qualquer consulta, favor entrar em contato com o Escritório de Integridade Institucional através de qualquer um dos meios seguintes. Garantimos sempre o mais completo sigilo.

- Ligação internacional gratuita: (877) 223-4551 (ver página 32 para mais detalhes)
- E-mail seguro e confidencial: [allegations@idbfc.org](mailto:allegations@idbfc.org)
- Fax seguro e confidencial: (202) 312-4029
- Formulário na Internet que permite denúncia anônima: [www.idbfc.org](http://www.idbfc.org)
- Endereço postal: Office of Institutional Integrity  
Inter-American Development Bank  
1300 New York Avenue, NW, Stop W1212  
Washington, DC 20577 USA

# Carta do Presidente

**P**ara todos nós do grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o desenvolvimento não se resume a cifras. É também a construção de estradas que durem, hospitais que ajudem a curar e escolas que sirvam para educar. Significa ajudar os países a criar instituições que promovam boa governança e estado de direito, bem como ajudar o setor privado a se integrar efetivamente ao processo de desenvolvimento. Significa formar sociedades que sejam inclusivas, democráticas e transparentes.

A corrupção abala esses esforços e, no final, danifica nossa missão central. Trata-se de um problema multifacetado que pode prejudicar a organização, seus projetos e mutuários. Em suma, nossos objetivos de desenvolvimento não podem ser alcançados plenamente sem integridade.

O grupo do BID adotou uma estratégia abrangente para atacar essa questão em várias frentes, com base no princípio de nenhuma tolerância à corrupção. Temos a obrigação, para com todos os países membros, de dar o exemplo.

As áreas operacionais do grupo do BID e nossos mutuários investem esforços consideráveis no desenvolvimento de instituições públicas que possam prevenir e detectar a corrupção. Nossos projetos enfatizam a boa administração, promovem a prestação de contas e apóiam reformas do setor público que reforcem o império da lei.

Estamos aumentando a nossa presença internacional na promoção de atividades de combate à corrupção. Em 2005, foram tomadas medidas importantes para criar uma abordagem harmonizada de combate à fraude e corrupção nos bancos multilaterais de desenvolvimento e organizações internacionais. O grupo do BID é um líder nesse processo e manterá seu compromisso no sentido de obter um enfoque consistente e coerente de combate à corrupção e promoção da transparência.



Luis Alberto Moreno


O Escritório de Integridade Institucional (OII) do grupo do BID desempenha um papel primordial em todas essas iniciativas. Embora tenha apenas dois anos, o OII já realizou notáveis avanços na promoção da integridade e combate à corrupção e fraude nos projetos que o grupo financia nos países da América Latina e Caribe, bem como nesta instituição.

Como mostram as cifras deste relatório anual, o OII recebeu mais alegações e consultas em 2005 do que no ano anterior. Evidentemente, há um crescente reconhecimento da função desse escritório. Também me encoraja o fato de que um número crescente de funcionários está consultando o OII e começando a usá-lo como recurso para prevenir a fraude e corrupção antes que ocorram.

As estatísticas do OII revelam um número crescente de casos concluídos, inclusive mais sanções impostas a empresas e indivíduos que violaram nossas políticas sobre fraude e corrupção. Na medida em que as sanções continuam sendo aplicadas, a mensagem é clara: o grupo do BID está decidido a fazer valer suas normas sobre fraude e corrupção.

O OII também ampliou significativamente sua capacidade de divulgação, aumentando os esforços para educar nossos funcionários – bem como os dos organismos executores, das firmas e consultores que realizam trabalhos para o grupo do BID – sobre as iniciativas anticorrupção.

No futuro, devemos manter a liderança no apoio aos esforços dos países mutuários para promover o império da lei e o combate à corrupção. O trabalho desse Escritório é crucial para ajudar a assegurar que as atividades do grupo do BID sejam realizadas de acordo com as mais altas normas de integridade. Para cada um de nós do grupo do BID, integridade e desenvolvimento são inseparáveis.



Luis Alberto Moreno  
Presidente  
Banco Interamericano de Desenvolvimento

# Introdução

**E**xiste já um consenso de que a corrupção, se tolerada, corrói a confiança nas instituições públicas e sua credibilidade distorce os incentivos econômicos e afeta adversamente o desenvolvimento. Em consequência, a comunidade financeira internacional, e sobretudo a comunidade dos bancos multilaterais de desenvolvimento, ampliou consideravelmente seus esforços para fortalecer a integridade e combater a corrupção em todas as suas atividades. Do mesmo modo, medidas anticorrupção estão sendo postas em prática pelos países, pelos governos e pelo setor privado.

O Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (integrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, pela Corporação Interamericana de Investimentos e pelo Fundo Multilateral de Investimentos) foi uma das primeiras instituições financeiras internacionais a reconhecer a importância de combater a fraude e a corrupção em todas as suas operações. O desejo do Banco de dispor de uma metodologia abrangente que assegure integridade em todas as atividades que financia, assim como iniciativas de apoio por parte dos países membros, fizeram com que a Diretoria Executiva adotasse em 2001 o documento intitulado *Strengthening a Systemic Framework Against Corruption for the Inter-American Development Bank* (“Fortalecendo um Marco Sistêmico contra a Corrupção para o Banco Interamericano de Desenvolvimento”). Esse documento define uma missão para a agenda de integridade do Banco em três áreas estreitamente inter-relacionadas, com os seguintes objetivos:

- Assegurar que o pessoal do Banco atue de acordo com os mais elevados níveis de integridade e que a política e as normas internas respaldem essa meta.
- Apoiar programas que ajudem os países mutuários a fortalecer a boa governança, promover o Estado de direito e combater a corrupção.
- Garantir que as atividades financiadas pelo Banco estejam isentas de fraude

## O presente Relatório se Divide em Seis Seções:

- A **Seção I** apresenta um resumo da evolução e do mandato do OII, bem como sua estrutura e seu orçamento.
- A **Seção II** contém um panorama dos processos investigativos do OII.
- A **Seção III** resume as informações estatísticas do escritório: quantas denúncias foram recebidas? Como esses números se comparam com os do ano anterior? Quantas denúncias foram comprovadas?
- A **Seção IV** examina diversos casos que oferecem lições específicas.
- A **Seção V** faz um apanhado do crescente número de iniciativas preventivas e das atividades de divulgação que contam com a participação do OII.
- A **Seção VI** antecipa as metas do OII para 2006.

e corrupção e sejam executadas num ambiente de controle adequado.

Desde a adoção do documento houve um progresso substancial em cada uma dessas três áreas. O Banco tomou medidas importantes para assegurar que seus funcionários ajam de conformidade com os mais altos padrões éticos, atuando no sentido de atualizar seu Código de Ética e criando comitês formados por membros da alta administração, a fim de implementar as normas referentes a integridade.

O Banco continua a prestar ajuda aos mutuários como parte de sua estratégia para apoiar a modernização das atividades do Estado, tanto no plano nacional quanto no local. Essa estratégia inclui assistência às instituições responsáveis pela promoção da transparência, da responsabilidade e da luta contra a corrupção.

Por fim, o Banco demonstrou também seu compromisso de se unir com a comunidade financeira internacional ao tomar todas as medidas possíveis para manter suas operações isentas de fraude e corrupção. Para garantir que seus recursos sejam utilizados para as finalidades previstas, essas organizações devem ter, como parte de sua estrutura administrativa, a capacidade de atuar de maneira independente para detectar, investigar, punir e prevenir a fraude, a corrupção e a má conduta nas atividades que financiam. Devido a essa razão crucial, todos os grandes bancos multilaterais de investimentos criaram unidades especializadas para atuar como ponto de convergência desses esforços.

Para o Grupo do Banco, um componente vital dessa estratégia foi a criação, em 2004, do **Escritório de Integridade Institucional** (OII), área independente, subordinada diretamente ao Presidente.

O mandato do OII estipula que ele apresente relatórios regulares sobre suas atividades e sobre descobertas importantes tanto à alta administração do Banco quanto ao Comitê de Auditoria da Diretoria Executiva. O escritório deve também publicar um informe anual público de suas atividades, como o presente relatório.

Em 2005, o OII recebeu um número de indagações superior ao dos anos anteriores e concluiu a investigação de um número consideravelmente maior de casos, vários dos quais levaram à imposição de sanções. Outras iniciativas importantes foram a expansão de atividades preventivas e o fortalecimento de vínculos com outras organizações multilaterais. O escritório complementou suas responsabilidades investigativas com atividades de prevenção e divulgação. Em suma, o OII tornou-se um valioso instrumento de prevenção, por meio de dissuasão, capacitação e consulta, entre outros.

Os resultados dos trabalhos do OII e a crescente confiança do Banco na atuação do escritório, resumidos neste relatório, revelam o compromisso do Banco com a integridade, a execução de um programa anticorrupção eficaz e a liderança dentro da comunidade de bancos multilaterais de desenvolvimento com relação a esse tema fundamental. Este relatório proporciona ao Banco e ao público uma visão geral das atividades e das conclusões do OII durante 2005.

# Evolução e Mandato



**E**m março de 2001, o Banco Interamericano de Desenvolvimento criou o **Comitê de Fiscalização contra Fraude e Corrupção (CFFC)**, um comitê da administração do qual faziam parte o Vice-Presidente de Administração e Finanças, o Consultor Jurídico, o Auditor Geral e o Vice-Presidente Executivo. O CFFC realiza atividades de acompanhamento e análise a fim de prevenir, detectar e resolver problemas de fraude e corrupção. Nesse papel, o comitê supervisiona investigações de denúncias de fraude e corrupção e põe em prática o resultado dessas investigações. O CFFC também recomenda ao Presidente que certos casos sejam encaminhados às autoridades nacionais.

De início, as denúncias eram recebidas pela Secretaria do CFFC, e o Auditor Geral estava incumbido de realizar as investigações. À medida que o trabalho do CFFC se tornou mais conhecido, o número de denúncias passou a crescer, e com isso ficou evidente a necessidade de uma unidade independente que realizasse as investigações. Assim, foi criado o **Escritório de Integridade Institucional**, subordinado ao gabinete do Presidente, como ponto de convergência para questões relacionadas à fraude, corrupção e má conduta em operações financiadas pelo Banco. O OII começou a funcionar no começo de 2004, assumindo a responsabilidade pela realização de todas as investigações e pelo trabalho antes levado a efeito pela Secretaria do CFFC.

Durante todo o ano de 2005, o OII continuou a recrutar pessoal, acrescentando a seu quadro três profissionais. Nesse período, o cargo de investigador principal ficou vago, mas um candidato foi selecionado e o cargo será preenchido no começo de 2006. No fim de 2005, o quadro permanente do OII compreendia seis profissionais, um assistente administrativo e um assistente de escritório.

Em 2005, o OII realizou também atividades de capacitação para seu pessoal, a fim de garantir que tenham o necessário conhecimento sobre as operações do Banco para cumprir suas tarefas. Tais atividades compreenderam: treinamento, prestado por administradores, quanto ao ciclo dos projetos; treinamento, dado pelo Departamento Jurídico, sobre o quadro legal do Banco; e a participação no seminário de capacitação “Novas Políticas de Aquisição de Bens, Obras e Serviços de Consultoria”.

## Jurisdição do Escritório de Integridade Institucional

O Escritório de Integridade Institucional é responsável por detectar, investigar e, em última instância, impedir infrações das políticas do Banco que proíbem fraude, corrupção ou má conduta por parte de seus funcionários ou de terceiros, relacionadas com atividades financiadas pelo Banco. As definições de fraude e corrupção constam das políticas de aquisições do Banco (para essas políticas, ver: [www.iadb.org/integrity/AR\\_links.cfm](http://www.iadb.org/integrity/AR_links.cfm)). Considera-se má conduta qualquer infração do Código de Ética ou da Norma de Pessoal 323, “Respeito no local de trabalho”

## Mandato do Escritório de Integridade Institucional

O mandato do OII, finalizado em julho de 2005, inclui as seguintes responsabilidades:

- Investigar alegações de fraude, corrupção e certas violações do Código de Ética, regulações relacionadas ao tema e normas do pessoal.
- Divulgar os resultados das investigações e lições aprendidas e, com base nesses resultados, proporcionar assessoria e recomendações ao Presidente, alta administração e comitês do Banco.
- Apoiar o desenvolvimento e implementação de atividades de divulgação e treinamento para funcionários do Banco e outras partes relevantes de modo a disseminar lições aprendidas com os resultados das investigações e promover a conscientização acerca dos mecanismos, práticas, regulamentos e políticas que promovem a integridade e previnem a fraude e corrupção.
- Apoiar o melhoramento de mecanismos, práticas, regulamentos e políticas que promovam um ambiente de trabalho ético e reforcem a integridade das operações do Banco.
- Manter coordenação com o Escritório de Avaliação e Supervisão, o Escritório do Auditor Geral e outros escritórios do Banco responsáveis pela gestão de riscos e funções de controle interno.
- Atuar como Secretaria do Comitê Supervisor de Investigações de Fraude e Corrupção.
- Apoiar as atividades programáticas e creditícias do Banco que incluam o combate à corrupção e promoção da integridade.
- Coordenar com outras instituições financeiras internacionais e organizações internacionais o intercâmbio de experiências e práticas para prevenir a corrupção e desenvolver programas e estratégias de integridade.
- Comunicar resultados importantes sobre questões de fraude e corrupção ao Comitê de Auditoria da Diretoria Executiva e, se for o caso, à própria Diretoria e aos auditores externos do Banco.

O orçamento do OII em 2004, seu primeiro ano fiscal, foi de US\$1,1 milhão. Em 2005, o orçamento aprovado foi de US\$1,5 milhão. Para 2006, o orçamento aprovado pela Diretoria Executiva é de US\$1,9 milhão. Esse aumento cobrirá essencialmente os salários dos novos funcionários contratados em 2005 e 2006.



# Processos de Investigação



**T**odas as denúncias recebidas pelo OII são tratadas isoladamente e de início comunicadas ao CFFC. Os detalhes específicos das denúncias e a identidade dos denunciantes são mantidos em sigilo.

Ao receber uma denúncia, o OII determina de início se a informação disponível configura uma questão de fraude ou corrupção ou se deve ser considerada um caso de má conduta. As questões de fraude ou corrupção em geral são consideradas **casos externos**. As questões de má conduta são casos de supostas infrações, por parte de funcionários, do Código de Ética ou da Norma de Pessoal 323 e são tratadas como **casos internos**. As denúncias de fraude ou corrupção envolvendo funcionários do Banco são também consideradas casos internos.

## PROCESSO DE DENÚNCIAS INTERNAS

Se uma denúncia interna contém fatos que possam – se comprovados – constituir uma infração do Código de Ética ou da Norma de Pessoal 323, o OII remete-a ao Presidente do Comitê de Ética ou ao presidente do Comitê de Revisão de Conduta, conforme for apropriado. No entanto, as denúncias de fraude ou corrupção por parte de funcionários do Banco permanecem sempre na jurisdição do CFFC e estão sujeitas à investigação pelo OII, que só empreende a investigação de uma denúncia interna se houver uma solicitação nesse sentido de um dos dois comitês. Toda investigação que envolva um membro do pessoal do Banco se faz de acordo com as Regras para Investigações Administrativas do Banco. Os resultados da investigação de uma denúncia interna são transmitidos ao comitê que solicitou a investigação.

As denúncias internas recebidas pelo OII que contenham alegações que não se enquadram no Código de Ética ou na Norma de Pessoal 323 são examinadas para determinar se, mesmo assim, devem ser remetidas ao Departamento de Recursos Humanos ou ao gerente apropriado. Por exemplo, algumas denúncias, embora não cheguem ao nível de má conduta, podem identificar possíveis questões de irregularidade em gestão ou supervisão ou ainda infrações de outros regulamentos do Banco.

### Confidencialidade

As normas do Banco Interamericano de Desenvolvimento relativas a confidencialidade incluem:

- O Banco protege plenamente a confidencialidade dos denunciantes.
- Todos os funcionários que participem de um processo de investigação são obrigados a preservar e proteger a confidencialidade das informações obtidas na investigação, do assunto, das testemunhas e de todas as outras partes envolvidas.
- O funcionário do Banco que prejudicar a confidencialidade de um denunciante estará sujeito à ação disciplinar.
- O Banco aceita denúncias anônimas.

## PROCESSO DE DENÚNCIAS EXTERNAS

Embora o OII conserve a autoridade independente de determinar se uma denúncia de fraude ou corrupção justifica uma investigação, o CFFC é notificado a respeito de todas as denúncias recebidas, bem como das decisões de proceder a uma investigação. Além disso, o CFFC deve aprovar qualquer decisão de não investigar ou de encerrar uma investigação. Num **exame preliminar**, o OII analisa cada denúncia que aponte para a possibilidade de fraude ou corrupção. Essa análise inicial visa reunir informações suficientes para determinar se é necessária e apropriada uma investigação plena.

O exame preliminar procura responder **três questões liminares**:

- A denúncia diz respeito a alguma **atividade financiada pelo Grupo do Banco**?
- Uma vez determinado que a denúncia é verdadeira, ela constitui uma **infração da proibição do Grupo do Banco contra atos de fraude ou corrupção**?
- A denúncia proporciona **informações verossímeis suficientes** para justificar uma investigação pelo OII?

Nessa fase preliminar, somente nos casos em que a resposta é “sim” para as três perguntas o OII empreende uma investigação. Em todos os demais casos, o escritório recomenda ao CFFC que o caso seja encerrado.

As denúncias encerradas na fase preliminar podem, não obstante, levantar questões regidas por outras políticas e regulamentos do Banco. Por exemplo, as denúncias podem se referir a infrações de políticas de aquisições, a litígios contratuais ou a uma questão que deva ser tratada, mais apropriadamente, por responsáveis pela supervisão de projetos. Nesses casos, o OII recomenda que o assunto seja remetido ao departamento ou gerente apropriado.

As **investigações plenas** de denúncias de infração dos regulamentos anticorrupção do Banco em geral levam a um contato com o pessoal responsável pela supervisão do projeto ou atividade em questão, inclusive funcionários da Representação no país. Terminada a investigação, o OII submete ao CFFC um **relatório** sobre suas **conclusões e recomendações**.

Os casos são classificados como **comprovados** quando os indícios colhidos foram considerados suficientes para levar à conclusão de que ocorreu um ato de fraude ou corrupção, como definido pelo Banco. Os casos **não comprovados** são aqueles em que os indícios são insuficientes para confirmar ou desmentir as denúncias de fraude ou corrupção. Os casos são classificados como **infundados** quando se verifica que as denúncias não são verdadeiras.

Completado o processo de investigação, se o OII conclui que os indícios e provas são suficientes para respaldar a conclusão de que ocorreu um ato de fraude ou corrupção, pode recomendar ao CFFC que se imponha uma sanção ou que se tomem

outras medidas. As sanções impostas pelo CFFC são de natureza administrativa e podem incluir ou a imposição de um período de inelegibilidade para participação em atividades financiadas pelo Banco ou o envio de uma carta de reprimenda.

Antes da imposição de qualquer sanção, é enviada ao sujeito da investigação uma **notificação de acusação**, informando à pessoa ou à firma que poderá ser imposta uma sanção. A notificação de acusação faz uma descrição das evidências colhidas e convida a parte a responder, mediante o envio de qualquer informação relevante ao CFFC dentro de um prazo determinado. O CFFC não toma uma decisão final com relação a impor uma sanção até ter apreciado plenamente qualquer informação fornecida pela parte em resposta à notificação de acusação.

Quando as investigações de denúncias contra firmas, entidades privadas ou pessoas levam à conclusão de que as leis de um país talvez tenham sido infringidas, o OII pode aconselhar ao CFFC que recomende que o Presidente aprove o **encaminhamento** das conclusões às **autoridades nacionais**. As investigações podem também levar à conclusão de que o pessoal de órgãos executores talvez tenha infringido os regulamentos anticorrupção do Banco. Embora o processo de sanções somente se aplique a firmas, entidades privadas e pessoas, o CFFC também pode fazer encaminhamentos nesses casos. Os encaminhamentos em geral são efetuados através do Diretor Executivo ao Governador do Banco no país em questão.

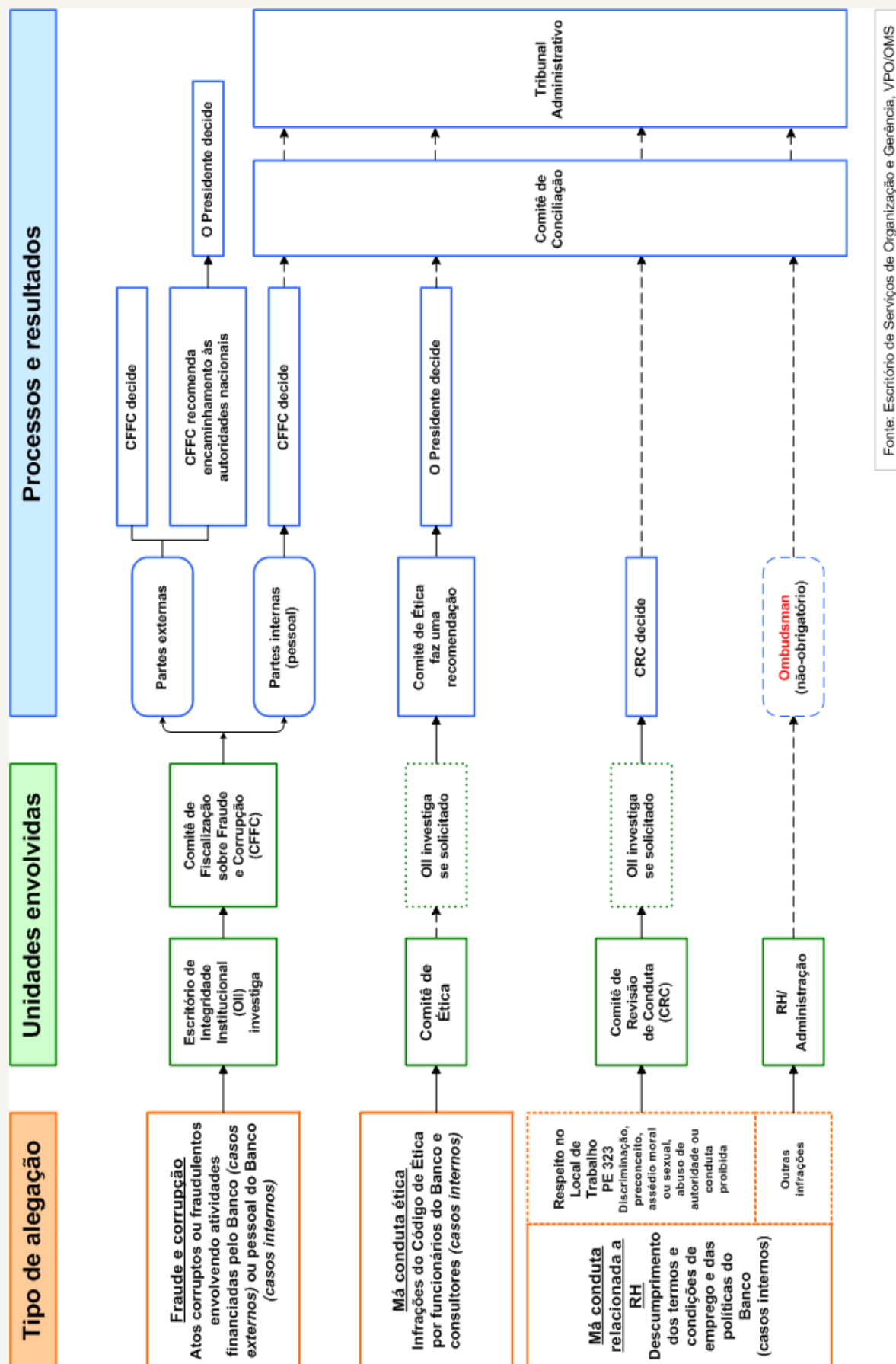
O OII aperfeiçoa continuamente seus processos investigativos. Prevê-se que esses processos serão aprimorados ainda mais em 2006 por meio de consultas com a Diretoria Executiva e a administração. A Diretoria Executiva examinará também a possibilidade de atualizar o processo de sanções.

## Regulamentos e sanções

Os principais elementos dos regulamentos e sanções anticorrupção do Banco constam dos documentos padronizados de empréstimos e dos documentos intitulados *"Políticas para a Aquisição de Obras e Bens"* e *"Políticas para a Seleção e Contratação de Consultores"*.

Para essas políticas, ver: [www.iadb.org/integrity/AR\\_links.cfm](http://www.iadb.org/integrity/AR_links.cfm)

## Mecanismos de Investigação e Resolução de Alegações no Banco Interamericano de Desenvolvimento



Fonte: Escritório de Serviços de Organização e Gerência, VPO/OMS

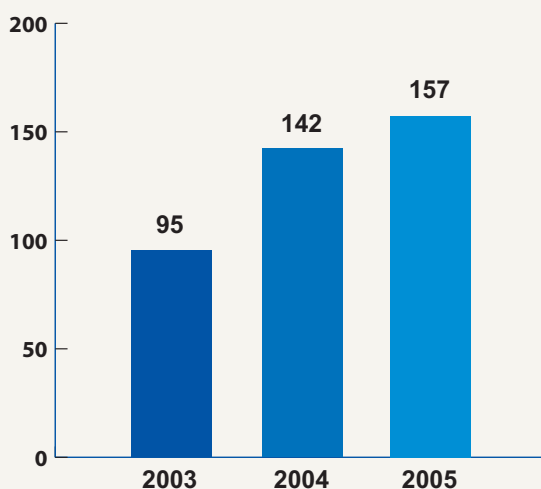
# Estatísticas



O número total de indagações recebidas pelo Escritório de Integridade Institucional cresceu continuamente nos últimos dois anos (ver a figura abaixo). Isto não reflete, decerto, um aumento dos casos de fraude ou corrupção em atividades financiadas pelo Banco, mas constitui uma indicação da qualidade dos mecanismos que o Banco passou a utilizar, além de uma crescente confiança do público nesses mecanismos.

O OII recebeu ao todo 157 indagações em 2005, sendo 138 classificadas como denúncias e 19 como consultas (não eram alegações de fraude, corrupção ou má conduta, mas exigiram análise ou ação por parte do escritório). Durante o ano o OII assistiu a um aumento substancial nos pedidos de informação, por parte de funcionários do Banco e de terceiros, que fizeram consultas sobre matérias referentes à integridade. O OII tem estimulado essas consultas, a fim de identificar desde logo questões potenciais e buscar medidas preventivas que possam evitar a necessidade de investigações e sanções.

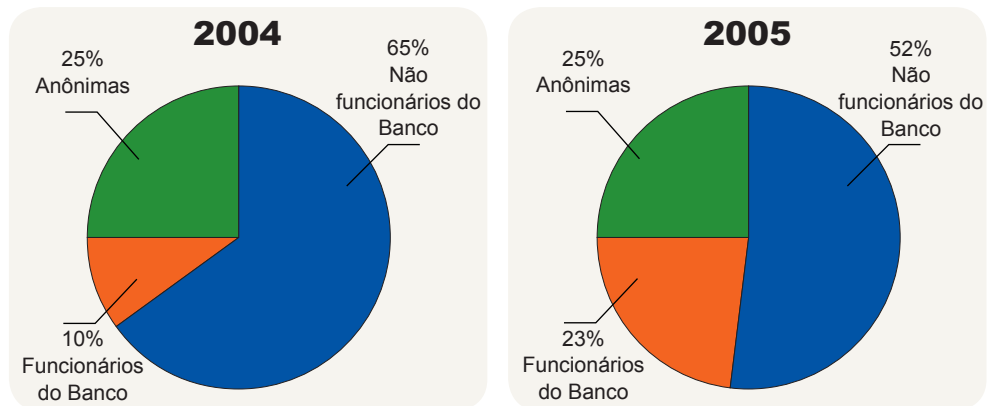
**Total de Indagações Recebidas 2003-2005**



## NOVAS DENÚNCIAS

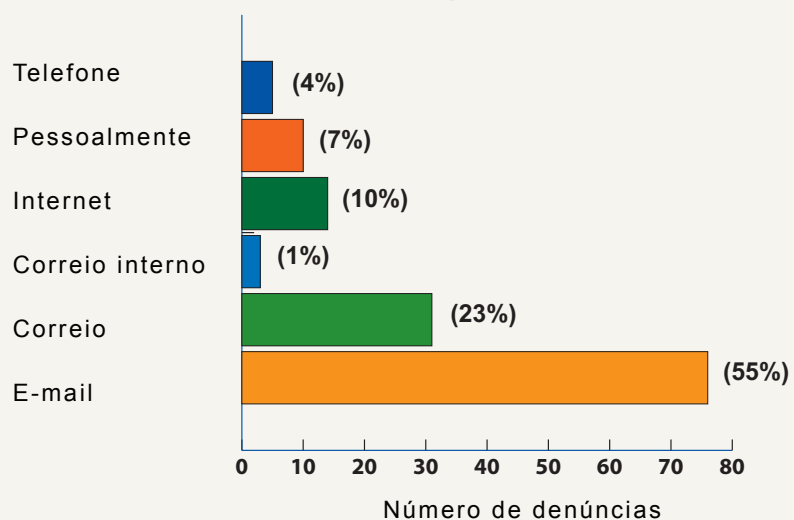
Em 2005, o número de denúncias feitas pelo pessoal do Banco mais que duplicou em relação ao ano anterior, como mostra a figura abaixo. A porcentagem de denúncias anônimas permaneceu constante, no nível de 25%.

**Fontes de Denúncias em 2004 e 2005**  
(%)



Os denunciantes continuaram a utilizar os múltiplos meios de acesso criados para facilitar as comunicações ao OII, como mostra a figura abaixo.

**Como as Denúncias Foram Apresentadas em 2005**



## INVESTIGAÇÕES CONCLUÍDAS

No fim de 2004, permaneciam em exame 117 casos. Em 2005, o OII deu prioridade a concluir as investigações dos casos pendentes desde o ano anterior e, como mostra o quadro abaixo, a maioria desses casos mais antigos foi resolvida. O número de casos pendentes de 2004, somados às 138 denúncias novas, levou a um total de 255 casos em 2005. O OII manteve seus esforços para concluir as investigações rapidamente, e seu zelo foi recompensado: as investigações de 144 casos foram concluídas, o que representou um aumento de 64% em relação aos resultados de 2004.

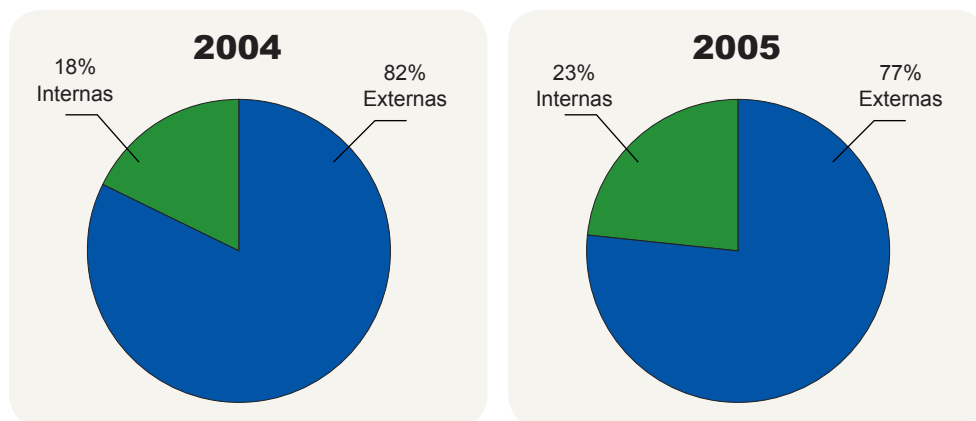
**Fluxo de Casos: 2003-2005**

	2003	2004	2005
Casos pendentes do ano anterior	37	67	117
Novas denúncias	95	142	138
Total de casos ativos	132	209	255
Investigações concluídas	(65)	(92)	(144)
Casos pendentes no fim do ano	67	117	111

## DENÚNCIAS INTERNAS VS. EXTERNAS

Em 2005 houve um ligeiro aumento no número de denúncias internas, embora a grande maioria das denúncias continuasse a ser externas, como mostra a figura abaixo. Das 142 novas denúncias feitas em 2004, 18% foram internas e 82% externas, em comparação com 23% de denúncias internas e 77% de externas em 2005.

**Porcentagens de Denúncias Internas e Externas  
em 2004 e 2005**



O quadro abaixo classifica como internos ou externos os 255 casos ativos de 2005.

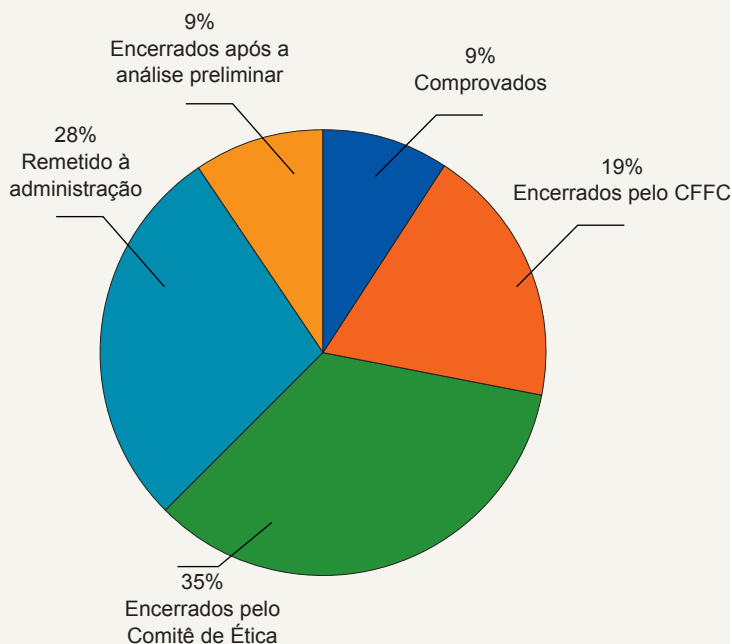
### Casos Ativos em 2005

	Internos	Externos	Total
Casos pendentes do ano anterior	14	103	117
Novas denúncias	32	106	138
Total de casos ativos	<b>46</b>	<b>209</b>	<b>255</b>
Investigações concluídas	(32)	(112)	(144)
Casos pendentes no fim do ano	<b>14</b>	<b>97</b>	<b>111</b>

## CASOS INTERNOS CONCLUÍDOS

No começo do ano, restavam 14 denúncias internas pendentes do ano anterior. No decorrer de 2005, o OII recebeu 32 denúncias novas relacionadas com a conduta do pessoal do Banco, num total de 46 denúncias internas em exame durante os 12 meses. Desses casos, 32 foram concluídos e 14 permaneciam em análise no fim do ano. A figura abaixo mostra os resultados referentes aos 32 casos internos concluídos em 2005.

### Resultados dos Casos Internos Concluídos em 2005





Seguem-se exemplos de casos internos **comprovados** em 2005:

- Uma especialista de setor numa Representação de país adulterou um processo de licitação e forneceu informações fraudulentas ao Banco. O contrato dessa especialista expirou antes que o Comitê de Ética pudesse resolver o caso e seu contrato não foi renovado. O relatório final do Comitê de Ética foi apensado à sua ficha, e com base na decisão do Comitê foi vedada à especialista a possibilidade de futura contratação pelo Banco.
- Um funcionário do Banco foi demitido por apropriação indébita, com base numa decisão do CFFC, e o caso foi também remetido à justiça do país. O processo penal estava em andamento no fim de 2005.

Seguem-se exemplos de casos internos **não comprovados**:

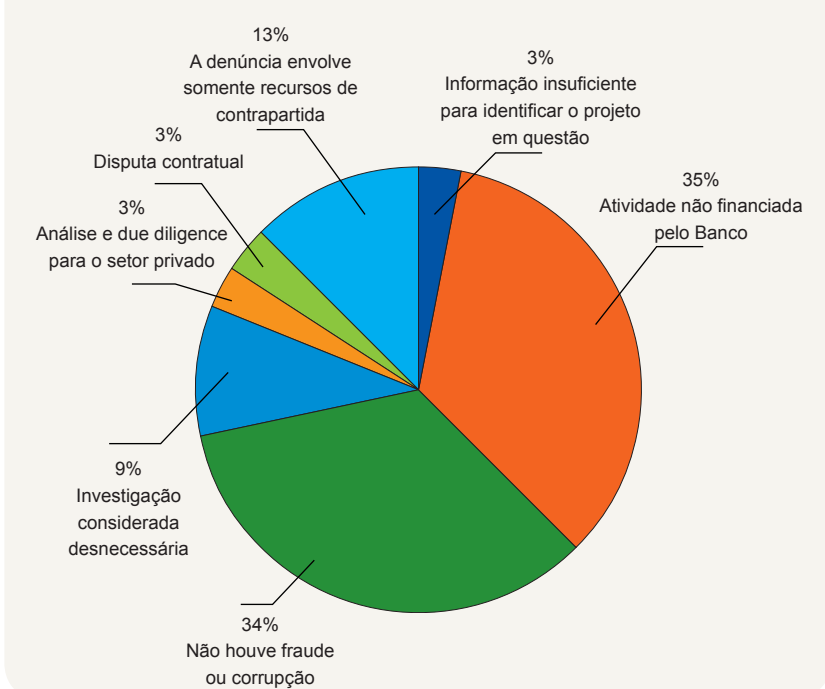
- A pedido do Comitê de Ética, o OII realizou duas investigações separadas de denúncias de má conduta de funcionários do Banco com relação à contratação de empregados domésticos G-5. Em ambos os casos, o OII concluiu que a denúncia não tinha fundamento e o Comitê de Ética concordou.

## CASOS EXTERNOS CONCLUÍDOS

Como observado acima, todas as denúncias externas passam por uma análise preliminar, que determina se há necessidade de uma investigação plena. Em 2005, aproximadamente 28% dos casos externos foram resolvidos nessa fase preliminar.

A figura abaixo mostra detalhes das 32 denúncias externas encerradas na fase preliminar em 2005.

**Denúncias Externas Encerradas na Fase Preliminar em 2005**



Ao todo, o OII concluiu 112 investigações de casos externos em 2005. A figura abaixo resume os resultados desses casos.



## SANÇÕES E OUTRAS ATIVIDADES PÓS-INVESTIGAÇÃO

Em 2005, o CFFC aprovou o envio de notificações de acusação em 18 casos. Essas notificações abrangeram possíveis acusações contra 41 pessoas e 20 empresas. No fim do ano, o CFFC havia imposto sanções em cinco casos:

- Um período de inelegibilidade de três anos foi imposto a uma pessoa e a uma empresa por adjudicar contratos a uma firma na qual ambos tinham interesse financeiro.
- Um período de inelegibilidade de três anos foi imposto a cinco pessoas e a uma empresa por exigir que consultores transferissem parte de sua remuneração para o órgão executor e também por instruir um consultor a apresentar um currículo falso.
- Um período de inelegibilidade de um ano foi imposto a três pessoas por apresentar currículos e diplomas universitários falsos.
- Duas pessoas e duas empresas receberam cartas de censura por apresentar atestados fraudulentos de experiência prévia.
- Uma organização não-governamental que atuava como órgão executor recebeu uma carta de censura por apresentar intencionalmente despesas fraudulentas ou não admissíveis.

## Encaminhamentos a Governos de Países Membros

Em 2005, nove casos foram encaminhados a governos de países membros. Tais casos compreenderam indícios de:

- Apropriação indébita de recursos do Banco.
- Tentativas de passar cheques fraudados do Banco.
- Furto de cheques pessoais numa Representação.
- Adulteração de uma licitação por parte de funcionários de um órgão executor.
- Orientação por parte de um alto funcionário de um órgão executor para que o órgão executor alugasse escritórios de sua propriedade.
- Uso fraudulento do nome do Banco como parte de um plano para fraudar possíveis investidores.
- Adulteração de termos de referência e de processos de contratação por parte do pessoal de um órgão executor para favorecer a seleção de certos consultores.

### Assistência ao Departamento do Setor Privado

Durante 2005, o OII recebeu vários pedidos de aconselhamento quanto a questões de integridade que envolviam o Departamento do Setor Privado. Embora esses casos não justificassem uma investigação convencional por parte do pessoal do OII, exigiram um exame atento e uma análise de integridade e suscitaram questões de due diligence. O OII continua a colaborar com o Coordenador do Setor Privado e com um grupo de trabalho para criar normas para a avaliação de questões de integridade em futuras transações com o setor privado.



# Resultados das investigações e estudos de caso



**D**urante 2005, o OII concluiu várias investigações que levaram ou provavelmente levariam à imposição de sanções. Embora as sanções constituam um forte elemento de dissuasão, as investigações também podem gerar lições, mesmo quando não se constata fraude ou corrupção e nenhuma sanção é imposta. Por exemplo, elas podem levar à descoberta de infrações de outros regulamentos do Banco ou apontar para questões merecedoras da atenção da administração.

Descrevem-se a seguir vários resultados de investigações realizadas em 2005. Os casos estão organizados de acordo com o tipo de ato de fraude, corrupção ou má conduta.

## ATOS DE FRAUDE

O maior grupo de casos investigados envolveu atos de fraude, como alegações fraudulentas de experiência prévia, adulteração falsificação de documentos ou currículos apresentados ao Banco ou a órgãos executores, falsa representação em termos de referência e falsas declarações de pessoas que participavam de licitações.

### **Alegações de Experiência Prévia e Apresentação de Documentos Forjados ou Fraudulentos**

#### **Caso 150:**

Segundo uma denúncia anônima, um grupo de consultores havia apresentado registros acadêmicos falsos. A denúncia foi apresentada pelo órgão executor, depois de uma mudança de governo e da nomeação de novos dirigentes para o órgão executor. Além disso, os relatórios de auditoria relativos ao projeto indicavam, entre outras coisas, mau desempenho por parte de alguns desses consultores.

O OII comprovou a denúncia e confirmou que três consultores haviam apresentado documentos acadêmicos e profissionais falsos a fim de obter contratos junto ao órgão executor.

---

**Resultado:** *Três consultores foram declarados inelegíveis por um período de um ano. O quarto consultor, contra quem os indícios eram menos fortes, recebeu uma carta de censura.*

---

#### **Caso 212:**

Durante a análise de uma licitação um especialista de setor notou que dois atestados de experiência prévia de trabalho apresentados pelo licitante vencedor mostravam sinais de ter sido alterados ou forjados. A investigação mostrou que quando os dois atestados eram fisicamente superpostos, as assinaturas e carimbos localizavam-se exatamente no mesmo lugar na página, o que indicava serem cópias. Além disso, quando se solicitou à empresa em questão os atestados originais, ela apresentou atestados novos, diferentes dos que haviam sido apresentados na licitação. Pressionada, a empresa alegou que os atestados originais tinham sido destruídos numa inundação. Verificou-se ainda que o proprietário dessa empresa tinha laços de família com a empresa que emitira os atestados fraudulentos.

---

**Resultado:** *As duas empresas e seus administradores receberam cartas de censura.*

---

#### **Caso 251:**

O OII determinou que um licitante havia exagerado de modo fraudulento sua experiência prévia para habilitar-se a um contrato financiado pelo Banco. O OII tomou conhecimento do caso devido à diligência mostrada pelo especialista de setor na Representação que supervisionava o projeto. O OII contactou vários órgãos do setor público para os quais a empresa teria supostamente trabalhado, e eles confirmaram que o nível de experiência alegado pela empresa tinha sido, na verdade, fraudulentamente exagerado.

---

**Resultado:** *A empresa receberá uma notificação de acusação.*

---

#### **Caso 279:**

Investigou-se uma denúncia, apresentada por um órgão executor, segundo a qual uma empresa havia apresentado documentos forjados para respaldar sua proposta numa licitação. A investigação confirmou que as assinaturas numa carta de compromisso e no contrato tinham sido forjadas. A firma em questão foi contactada e seu representante admitiu a irregularidade e alegou que procedera daquela forma a fim de habilitar-se ao projeto e que considerava excessivos os requisitos dos termos de referência.

---

**Resultado:** *A empresa receberá uma notificação de acusação.*

---

### **Caso 283:**

Um órgão executor alegou que uma firma havia apresentado documentos forjados para respaldar duas propostas. A investigação confirmou que um empreendimento conjunto, formado por duas empresas, havia apresentado pelo menos três atestados forjados de experiência prévia. Os proprietários das três firmas admitiram a apresentação de documentos fraudulentos. Verificou-se que os níveis e das datas da experiência não correspondiam à realidade. Além disso, as assinaturas comprobatórias da experiência tinham sido forjadas.

---

**Resultado:** *As empresas receberão notificações de acusação.*

---

### **Caso 259:**

Um órgão executor submeteu ao Banco uma denúncia de fraude. A investigação verificou que várias empresas e pessoas haviam apresentado documentos falsos e fraudulentos em apoio a propostas para contratos financiados pelo BID. Uma pessoa apresentou diversos contratos fraudulentos que indicavam falsamente que ela havia realizado certos trabalhos, quando na verdade os contratos tinham sido firmados com uma pessoa diferente. Outra pessoa apresentou um atestado adulterado de término de obra que alegava falsamente que um trabalho realizado em 1993 tinha sido concluído em 1998. Um terceiro licitante apresentou atestados forjados de trabalho em projetos nos quais o licitante não havia participado. Um quarto apresentou um atestado expirado de matrícula num determinado cartório com a data de expiração alterada de modo a fazer parecer que o atestado era recente.

---

**Resultado:** *Esses casos serão objeto de notificações de acusação.*

---

## **Representações Fraudulentas e Pedidos de Reembolso**

### **Caso 186:**

O queixoso alegou que o órgão executor havia inflado falsamente as tarefas exigidas pelos termos de referência para um projeto de melhoria do registro de títulos de propriedade de terras. Alegou-se que, na realidade, o órgão executor já havia concluído muitas das tarefas para as quais estava buscando financiamento pelo Banco dentro de um projeto separado financiado por uma agência bilateral de desenvolvimento. O projeto do Banco ainda não havia iniciado os desembolsos. O queixoso alegou que a ampliação das tarefas tinha sido intencional, com o intuito de obter recursos do Banco para trabalhos desnecessários. A investigação comprovou a denúncia e a existência de termos de referência exagerados. O inadequado sistema de arquivamento do registro de terras dificultava a determinação de quais títulos fundiários tinham sido corretamente registrados.

---

**Resultado:** *Embora não fossem impostas sanções, a Representação utilizou os resultados da investigação para sustar os pagamentos até que o órgão executor apresentasse termos de referência revistos e corretos e demonstrasse que havia adotado mecanismos apropriados para administrar o projeto.*

---

### **Caso 338:**

Um especialista de setor observou que um órgão executor, financiado por uma operação de cooperação técnica não reembolsável, havia apresentado uma série de pedidos de reembolso não respaldados por documentação apropriada. Em alguns casos, esses pedidos se referiam a pagamentos a consultores para prorrogações de contratos ou honorários acima do montante estipulado em seus contratos e para os quais não havia sido emitida autorização. Como tudo isso constitui indícios de possível fraude ou corrupção, o especialista de setor submeteu ao OII um relatório sobre esses fatos. A investigação não reuniu dados suficientes para concluir pela existência de fraude ou corrupção, mas verificou-se que vários consultores tinham recebido quantias superiores às estipuladas em seus contratos e que o prazo de contratação de vários deles tinha sido prorrogado sem uma autorização do Banco. Constatou-se também que houvera descumprimento de políticas do Banco aplicáveis a processos competitivos de contratação.

---

**Resultado:** *O caso foi encaminhado à administração do Banco para acompanhamento.*

---

## **Identificação Fraudulenta de Participantes em Processo de Licitação**

### **Caso 257:**

Nesse caso, evidências documentais e declarações de testemunhas levaram à conclusão de que um grupo de empresas que participavam de um processo de licitação havia apresentado documentos fraudulentos ou alterados como parte de suas propostas. Essas empresas alegavam que certos profissionais tinham sido incluídos em suas propostas, quando, na verdade, essas pessoas disseram ignorar que seus nomes tinham sido utilizados. Comprovou-se que as empresas não tinham o consentimento dessas pessoas e haviam forjado suas assinaturas na proposta. Pelo menos uma das empresas falsificou também um registro público que atestaria que estava apta para prestar serviços ao governo.

---

**Resultado:** *As partes serão objeto de notificações de acusação.*

---

## **Uso Indevido do Nome do Banco e Cheques Forjados**

### **Casos 176, 315, 234 e 307:**

Several allegations identified the misuse of the Bank's name or the name of high-ranking Bank officials, including the President, to defraud third parties. These schemes were often discovered when the potential victims contacted the Bank to check on claims by the perpetrators that they either represented the Bank or were acting on its behalf. In one case, an individual attempted to cash forged payroll checks.

---

**Resultado:** *Dois desses casos foram encaminhados a autoridades nacionais, e um teve como resultado a emissão de uma notificação de acusação. No quarto caso, o Banco enviou uma carta exigindo a cessação das ações cometidas.*

---



## EXTORSÃO

Em um caso de denúncia de fraude, os indícios foram insuficientes para confirmá-la, mas comprovou-se a ocorrência de extorsão.

### **Caso 191:**

O OII recebeu uma denúncia de que uma empresa havia apresentado documentos fraudulentos num processo de licitação. Ao mesmo tempo, a empresa acusada apresentou um protesto contra o órgão executor, alegando tratamento injusto, o que interrompeu a tramitação do contrato enquanto o protesto era examinado. Embora a investigação não confirmasse a alegação de fraude, foi constatado que o proprietário da empresa tentara extorquir dinheiro do órgão executor em troca da retirada de seu protesto.

---

**Resultado:** *A empresa recebeu uma notificação de acusação.*

---

## ADULTERAÇÃO CORRUPTA DE PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO

Essa amostra de casos agrupa tentativas, por parte de órgãos executores, de pessoas e, em um caso, de um funcionário do Banco, de adulterar processos de aquisições sob sua responsabilidade a fim de favorecer a concessão de contratos a determinadas empresas ou pessoas. Em vários casos, órgãos executores forjaram registros de processos competitivos, que na verdade não ocorreram. Em outros casos houve constatação de conluio, coerção e uso de documentos fraudulentos.

### **Caso 175:**

Uma investigação confirmou as alegações do ex-empregado de um órgão executor de que este adulterava o processo de contratação de modo a assegurar a contratação dos candidatos favorecidos pelo órgão executor, que estava procurando preencher a vaga de um executivo de contabilidade. De início, os termos de referência exigiam bacharelado em ciências contábeis ou administração de empresas, porém posteriormente foram modificados de modo a permitir também graduação em engenharia. O candidato que parecia ser favorecido pelo órgão executor era o único com diploma de engenheiro. Um segundo cargo exigia que os candidatos tivessem formação em ciências contábeis ou administração de empresas, além de cinco anos de experiência. Entretanto, o cargo foi dado a um candidato ainda não formado e com três anos de experiência. Além disso, a investigação não encontrou registros de entrevistas de pré-qualificação de possíveis candidatos. O CFFC concluiu que o órgão executor havia deixado de observar as normas aceitáveis para contratação a fim de favorecer certos candidatos, e pelo menos um deles parecia não ter as qualificações mínimas.

---

**Resultado:** *Foi determinado que a Representação comunicasse as conclusões ao órgão executor.*

---

### **Caso 190:**

Segundo uma reclamação, o prefeito de uma cidade havia entrado em conluio com uma empresa para simular um processo de licitação competitiva para um contrato financiado pelo Banco, garantindo que essa empresa ganharia o contrato. A investigação confirmou que o prefeito decidia quais companhias seriam convidadas a apresentar propostas e que, em última instância, ele tinha autoridade para decidir qual seria a empresa vencedora. Ademais, a investigação demonstrou que somente a empresa que teria entrado em conluio com o prefeito realmente recebera o convite para apresentar uma proposta. Quando contatadas, as outras duas firmas que aparentemente haviam participado da licitação declararam que não tinham nenhum conhecimento do processo de licitação e de que suas firmas houvessem apresentado propostas. Um exame dos documentos referentes às duas empresas perdedoras confirmou que os papéis tinham sido forjados.

---

**Resultado:** *O caso foi encaminhado às autoridades nacionais.*

---

### **Caso 271:**

Uma investigação da OII demonstrou que certa pessoa havia obtido informações confidenciais relativas a uma licitação declarando falsamente ser funcionário municipal. Insistindo nessa afirmação, tentou influenciar várias autoridades a adjudicar contratos a empresas das quais esperava receber comissões.

---

**Resultado:** *O caso será encaminhado às autoridades nacionais e será enviada uma notificação de acusação.*

---

### **Caso 280:**

Deu-se início a uma investigação depois que o OII recebeu uma queixa anônima, referente à adulteração, por um órgão executor, de processos de recrutamento e de listas curtas a fim de favorecer injustificadamente certas pessoas. A investigação confirmou indícios de irregularidades no recrutamento de pelo menos três pessoas, inclusive a adulteração de listas curtas para criar um simulacro de competição. Em vários casos, as listas curtas continham nomes de pessoas que teriam se candidatado aos cargos em questão, mas que, quando contatadas, declararam que não tinham sido entrevistadas para os cargos a ser preenchidos e nem sequer sabiam que estavam na lista curta. Em diversos casos, os termos de referência exigiam determinada experiência que só os candidatos favorecidos possuíam, levando a crer que os termos tinham a intenção de conduzir o contrato para essas pessoas.

---

**Resultado:** *O Banco solicitou que o órgão executor o reembolsasse pelas despesas referentes ao recrutamento realizado de maneira imprópria.*

---

### **Caso 153:**

Um licitante perdedor apresentou queixa, alegando manipulação de uma licitação de modo a favorecer a empresa em que trabalhava a mulher de um funcionário do órgão executor. A investigação não confirmou indícios de fraude, corrupção ou favoritismo. Contudo, ficou demonstrado que a avaliação técnica das propostas tinha sido alterada de maneira que cada empresa licitante recebesse um contrato. Descobriu-se que a motivação disso era o desejo de rapidez na realização do projeto. No entanto, considerou-se que essa conduta transgredia as políticas de aquisições do Banco. Além disso, verificou-se que o órgão executor havia pressionado o licitante perdedor a retirar sua queixa devido ao receio de que ela retardasse ainda mais a execução do projeto.

---

**Resultado:** *Não foi imposta uma sanção, mas o caso foi encaminhado à administração para acompanhamento adequado, junto ao órgão executor, com relação ao cumprimento correto das políticas do Banco.*

---

### **Caso 233:**

Um ex-funcionário de uma organização não-governamental que atuava como órgão executor denunciou que o diretor do programa havia entrado em conluio com um candidato para falsificar seu currículo de modo a alegar uma experiência que não possuía. Além disso, o diretor alegou falsamente que ocorrera um processo competitivo de seleção, quando, na realidade, vários outros candidatos que supostamente teriam sido entrevistados afirmaram que sequer tinham conhecimento da existência da vaga para o cargo e que não haviam sido entrevistados para ela. Três outros processos de contratação foram selecionados ao acaso e examinados. Em todos eles foram constatados indícios de manipulação, inclusive a descoberta de que certas pessoas nunca tinham sido entrevistadas, apesar de alegações do órgão executor em contrário.

---

**Resultado:** *Serão emitidas notificações de acusação contra o órgão executor e alguns de seus dirigentes.*

---

### **Caso 252:**

Segundo uma denúncia anônima, um órgão executor contratava consultores sem que fossem observadas as políticas do Banco. O queixoso alegava que o consultor recebera uma “soma exorbitante” por um contrato de 30 dias. O OII não encontrou indícios de fraude ou corrupção, mas percebeu-se que as políticas de aquisições do Banco não haviam sido obedecidas na contratação e na supervisão do consultor. Além disso, verificou-se que ele não havia prestado relatórios de seu trabalho, como estipulado no contrato.

---

**Resultado:** *Foi acordado que as conclusões seriam remetidas à alta administração do Banco para novos exames e para definição das medidas adicionais adequadas.*

---

### **Caso 263:**

O diretor de um órgão executor alegou que um especialista de setor aprovara a contratação de um consultor para trabalhar em tempo integral na Representação, muito embora esse consultor estivesse ao mesmo tempo trabalhando para o órgão executor no mesmo projeto. O queixoso alegou ainda que o especialista agira da mesma maneira com outros consultores contratados por meio do Banco. Depois de receber a denúncia, o Representante no país suspendeu o contrato do consultor, uma vez que este não pôde comprovar a entrega de qualquer trabalho. A pedido do Comitê de Ética, o caso foi investigado. O OII constatou que o especialista havia apresentado dois currículos que comprovariam a ocorrência de um processo competitivo de contratação que incluía outros candidatos, quando, na realidade, nenhum dos dois pretensos candidatos havia realmente se candidatado ou sido entrevistado para o cargo.

---

**Resultado:** *O consultor receberá uma notificação de acusação.*

---

## CORRUPÇÃO E ATOS EM INTERESSE PRÓPRIO

Esta amostra de casos refere-se a indícios de atuação no interesse próprio por parte de pessoas que agiram de maneira imprópria para beneficiar a si mesmas, levadas por motivos financeiros ou de outra natureza.

### **Caso 123:**

Uma Representação comunicou ao OII ter descoberto sinais de um possível conflito de interesses entre um assessor de um órgão executor e uma empresa à qual essa agência adjudicava diversos contratos. Durante a investigação, o OII obteve evidências que confirmavam que esse assessor recomendara que a agência outorgasse contratos a uma firma de sua propriedade. Além disso, em seu papel de assessor no órgão executor, essa pessoa era responsável pelo recebimento e aprovação de propostas, inclusive as de sua própria empresa, à qual ele recomendava que fossem dados contratos. Também fez recomendações ao diretor do órgão executor referentes a pagamentos à sua firma. Confrontado com essas evidências, a pessoa admitiu que era dono da empresa em questão, mas afirmou que essa conduta era aceitável, uma vez que a firma apresentara uma proposta válida e tivera desempenho satisfatório.

---

**Resultado:** *Diante das evidências, o órgão executor decidiu não renovar o contrato do assessor. Depois de enviar-lhe uma notificação de acusação, o CFFC declarou que ele e sua empresa eram inelegíveis para participação em operações financiadas pelo Banco por um período de três anos.*

---

### **Casos 236 e 242:**

Em dois casos inter-relacionados, o OII recebeu denúncias de que um órgão executor estava alugando escritórios num edifício de propriedade política do

diretor da agência. Alegou-se também que o diretor estava utilizando recursos e funcionários do projeto em sua campanha para um cargo eletivo. A investigação confirmou que esse diretor havia realmente alugado para a agência um edifício de escritórios de sua propriedade. Numa tentativa de esconder a transação, ele procedeu à venda do imóvel a um colega, mas dias depois rescindiu o negócio por meio de um contrato “particular” de venda. Além disso, com uma única exceção, todos os funcionários da agência eram membros do partido político do diretor. Testemunhas fizeram declarações confidenciais de que eram forçadas a ajudar na campanha política do diretor como condição para manterem o emprego, e que veículos e material de escritório do projeto eram utilizados na campanha.

---

**Resultado:** *As conclusões da investigação foram encaminhadas às autoridades nacionais.*

---

## PROPINAS E APROPRIAÇÃO INDÉBITA

Esta amostra de casos refere-se a evidências de pagamento de propinas em um caso e a apropriação indébita de recursos do Banco em outro.

### **Caso 277:**

Um órgão executor falsificou os currículos de vários consultores, falseando seus cargos de modo que pudessem habilitar-se a ser contratados para um projeto. Além disso, a investigação demonstrou que o órgão — uma organização não-governamental — exigia que os consultores lhe repassassem uma parte de seus salários para manter o emprego. A investigação do OII confirmou também que o órgão executor exigia que os consultores enviassem faturas pelo trabalho realizado no projeto tanto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento quanto ao Banco Mundial, numa tentativa de receber duplamente pelo mesmo trabalho.

---

**Resultado:** *O CFFC decidiu que o órgão executor e cinco de seus administradores não poderiam ser escolhidos para participar de atividades financiadas pelo Banco por um prazo de três anos. Além disso, aprovou o encaminhamento das conclusões da investigação às autoridades nacionais e ao Banco Mundial.*

---

### **Caso 365:**

Um funcionário do Banco notou que os pagamentos a um consultor estavam sendo debitados de uma conta inativa de provisão, embora não houvesse documentos que os justificassem. A investigação revelou que o Banco não havia contratado aquele consultor e que as contas bancárias em que eram depositados os pagamentos ao consultor fictício pertenciam a um funcionário do Banco. Ficou constatado que esse funcionário havia se apropriado de mais de US\$ 400.000 num período de dez anos.

---

**Resultado:** *O funcionário foi demitido, e o caso encaminhado às autoridades nacionais. O Banco tomou medidas para reaver a quantia desviada e para revisar os mecanismos internos relacionados com a questão.*

---

## POLÍTICAS G-5 DO BANCO E CUMPRIMENTO DE LEIS NACIONAIS

Dois casos envolveram denúncias de infração das políticas do Banco com relação ao programa de vistos G-5 para empregados domésticos.

### Casos 156 e 316:

Nos dois casos foi alegado possível uso irregular, por funcionários do Banco, dos benefícios de vistos para empregados domésticos estrangeiros. O OII realizou duas investigações de denúncias referentes ao tratamento desses empregados, mas não as confirmou.

---

**Resultado:** *O OII recomendou que as atuais políticas do Banco fossem examinadas e atualizadas para incorporar as melhores práticas. O escritório recomendou, concretamente, a atualização do quadro regulador e o aperfeiçoamento das funções de fiscalização do Banco, a fim de evitar situações capazes de levar a infrações do Código de Ética ou de leis nacionais.*

---

## A OPÇÃO PELA PREVENÇÃO: LIÇÕES APRENDIDAS

Embora o OII tenha concluído as investigações de mais de 200 casos, os dados colhidos até agora são episódicos e ainda insuficientes para uma análise detalhada e a identificação de tendências. Não obstante, à medida que houver mais investigações e se acumularem novos resultados, o OII poderá chegar a conclusões mais claras. Especificamente, o escritório explorará a possibilidade de quantificar tanto o custo da corrupção quanto o efeito dos mecanismos de integridade do Banco.

No entanto, os dados disponíveis permitem certas conclusões e recomendações para que o Banco aprimore suas políticas e normas para prevenir a fraude e a corrupção.

Fica claro que um forte elemento de dissuasão para todas as instituições multilaterais de investimentos é a imposição efetiva de sanções dentro de um sistema adequado de controles internos. A inelegibilidade de empresas e pessoas seja por um prazo determinado ou permanentemente, constitui uma mensagem clara de que o Banco não tolera fraude ou corrupção nas atividades que financia.

Além de medidas dissuasórias, há também outras oportunidades de melhorar as medidas do Banco para reduzir ou eliminar a ocorrência de formas comuns de corrupção. Como parte de seu mandato e com base nos resultados de suas investigações, o OII fará recomendações ao Presidente, à alta administração e aos comitês pertinentes do Banco.

# Prevenção por meio de divulgação e outras iniciativas



**A**s prioridades para o OII em 2005 incluíram ênfase na prevenção através de educação e de capacitação e a melhoria das políticas atuais e dos mecanismos de integridade. O OII procurou divulgar suas atividades junto ao pessoal do Banco — tanto na sede quanto nas Representações — e também junto aos responsáveis pela execução de projetos financiados pelo Banco, aos mecanismos anticorrupção dos próprios países mutuários e à comunidade financeira e de desenvolvimento internacional.

Essas iniciativas formam, em conjunto, a estratégia de prevenção do OII, em obediência ao documento *“Fortalecendo um Quadro Sistêmico Contra a Corrupção para o Banco Interamericano de Desenvolvimento”*. Tal como descrito na Introdução, essa estratégia compreende não só assegurar a integridade do pessoal e manter os projetos financiados pelo Banco isentos de fraude e corrupção, como também apoiar programas que ajudem os países mutuários a fortalecer a boa governança, impor o Estado de direito e combater a corrupção antes que ela ocorra, melhorar a capacidade dos países membros para agir da mesma forma e alavancar os recursos e as políticas da comunidade internacional de desenvolvimento.

## DIVULGAÇÃO E APOIO AO PESSOAL E À COMUNIDADE DO BANCO

O OII continua a atribuir máxima prioridade à divulgação de seus mecanismos internos de integridade entre os funcionários do Banco, as agências executoras e outros que trabalham com a instituição. As atividades de divulgação foram ampliadas em 2005 de modo a incluir tanto os órgãos executores quanto empresas e consultores envolvidos na execução de projetos financiados pelo Banco. Além disso, o escritório utilizou seus conhecimentos e sua experiência para apoiar melhorias nas atividades de acompanhamento em relação a empréstimos ao setor privado e para colaborar com os departamentos operacionais do Banco em relação a projetos com componentes de transparência e integridade. O OII espera poder dedicar parte de seus recursos a esse tipo de atividades.



## Revisão do Código de Ética

Em 2005, o OII, juntamente com vários outros departamentos do Banco, apoiou o Departamento Jurídico na revisão do Código de Ética e de Procedimentos para o Comitê de Ética.

O OII também trabalhou estreitamente com o Escritório de Aprendizagem, no Departamento de Recursos Humanos, para elaborar um curso de capacitação em ética para o pessoal do Banco, como preparação para a publicação do Código de Ética revisado no começo de 2006. Esse programa destina-se a proporcionar aos funcionários do Banco informações sobre o conteúdo do novo código, assim como orientação básica sobre como solicitar aconselhamento e comunicar irregularidades.

O OII elaborou uma proposta para um novo sistema de divulgação de informações financeiras a ser implementado nos termos do novo Código de Ética. A proposta — resultado de uma ampla avaliação de modelos nacionais e da experiência de organizações similares — entrará em vigor depois da adoção do novo código.

## Atividades de Divulgação e Educação para Funcionários e Mutuários

O OII intensificou seus esforços para divulgar as iniciativas de integridade do Banco, bem como seu próprio mandato e suas atividades, junto aos funcionários das Representações e aos parceiros locais. Quando em missão, os funcionários do OII ampliaram as atividades de divulgação, fazendo palestras não só para o pessoal das Representações, como também para órgãos executores, empresas e consultores que participam de projetos financiados pelo Banco. Em 2005 foram feitas palestras no Brasil, Costa Rica, Guatemala e Uruguai.

O OII participa regularmente das palestras na série de seminários de negócios organizada pela Assessoria de Relações Externas. Os participantes desses seminários são empresas ou pessoas que atuam ou podem vir a atuar como empreiteiros em atividades financiadas pelo Banco. As palestras do OII descrevem as normas anticorrupção do Banco e principalmente os mecanismos para prevenir e comunicar casos de fraude e corrupção.

Rotineiramente o OII realiza palestras no seminário obrigatório para novos funcionários do Banco, fazendo uma descrição de suas atividades, explicando as normas e os mecanismos para combater a fraude e a corrupção em operações financiadas pelo Banco e indicando as maneiras e as ocasiões de pedir a colaboração do escritório.

## Ligação com Unidades Operacionais do Banco

Em várias ocasiões foi solicitado ao pessoal do OII que participasse de consultas com unidades operacionais do Banco envolvidas em projetos de modernização do Estado com componentes de integridade. O OII colaborou, por exemplo, com o Departamento de Operações da Região II para incrementar os componentes de transparência e integridade em projetos em estudo. Funcionários do OII foram também convidados a participar de um exercício de qualidade prévia em dois projetos separados que incluíam componentes para aumentar a transparência e a eficácia no setor público.



## Due Diligence em Relação ao Setor Privado

O OII colaborou estreitamente com o Coordenador do Setor Privado para criar um grupo de trabalho dentro do Banco encarregado de elaborar normas de *due diligence* nas operações do Banco com o setor privado. Prevê-se que a implementação da recomendação do grupo de trabalho terá lugar no primeiro semestre de 2006. É muito provável que essas normas incluam um papel maior para o OII na análise das transações do setor privado em que surjam questões de integridade.

## APOIO À CAPACIDADE DE INVESTIGAÇÃO DOS PAÍSES MUTUÁRIOS

Foram realizados muitos estudos para medir as causas e os efeitos da corrupção. No entanto, houve menos interesse em melhorar os processos por meio dos quais as autoridades nacionais recebem e investigam denúncias de corrupção e punem os acusados. O mesmo se pode dizer em relação à identificação dos obstáculos que dificultam a execução bem sucedida de cada fase de uma investigação. Um programa eficaz de combate à corrupção deve ter mecanismos eficazes de aplicação da lei e de dissuasão. Com esse objetivo, e em coordenação com outros departamentos do Banco, em 2005 o OII utilizou sua experiência para criar e pôr em prática atividades de capacitação para promotores e investigadores que atuam no combate à corrupção nos países membros. Prevê-se que o crescente apoio do Banco a esse tipo de atividade leve a melhorias substanciais nos mecanismos anticorrupção nos países membros.

## Curso sobre Investigação e Punição de Casos de Corrupção

Em março de 2005, o OII organizou um curso para promotores e investigadores de 19 países da América Latina e do Caribe, visando aumentar sua capacidade de investigar casos de fraude e corrupção e integrar as iniciativas do Banco com o trabalho das autoridades nacionais. Na preparação da oficina e na seleção dos participantes, o OII trabalhou em estreita colaboração com o pessoal na sede e nas Representações, como o Departamento Jurídico, o Departamento de Desenvolvimento Sustentável, a Auditoria Geral e representantes das divisões de Estado e da Sociedade Civil de cada um dos três departamentos de operações regionais.

Esse evento representou a primeira ocasião em que um banco multilateral de desenvolvimento empenhou-se numa discussão com autoridades públicas sobre o aumento de sua capacidade para investigar casos de corrupção. Durante os três dias em que se realizou a oficina, promotores e investigadores, orientados por peritos de outros bancos multilaterais de desenvolvimento, organizações internacionais e governos nacionais, analisaram um caso hipotético de corrupção a fim de revisar os elementos principais dos procedimentos padrões de uma investigação: recebimento de denúncias, denúncias de fontes anônimas, proteção das testemunhas, divulgação dos resultados e obtenção de cooperação internacional.

A oficina ajudou a identificar os obstáculos que prejudicam investigações eficazes de corrupção e possíveis soluções, várias das quais poderão contar, no futuro, com o apoio do Banco ou de outras organizações multilaterais e bilaterais de desenvolvimento. Os participantes manifestaram intenso desejo de repetir a oficina em nível sub-regional e ampliar seu conteúdo. O OII continua a trabalhar com outras unidades do Banco para expandir essas atividades de formação de capacidade.

Para mais informação, ver [www.iadb.org/integrity/AR\\_links.cfm](http://www.iadb.org/integrity/AR_links.cfm)

## **Seminários para Promotores Sobre a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção**

O OII cooperou com outras organizações internacionais na promoção da efetiva implementação da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção. Como parte dessa iniciativa, o OII co-organizou dois seminários, um com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime e outro com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos. Esses eventos, realizados em Buenos Aires pelo governo argentino, contaram com a presença dos participantes da oficina de capacitação organizada pelo OII em março. O Banco proporcionou apoio logístico e financeiro, permitindo que promotores locais participassem dos seminários.

Um dos seminários, “Capacitação de Promotores e Investigadores Especializados Sobre Medidas Anticorrupção para a América Latina”, cobriu vários aspectos da investigação e punição de casos de corrupção, inclusive cooperação e assistência multilateral, e de investigações financeiras. O OII apresentou informações sobre os mecanismos do Banco para prevenir e investigar fraude e corrupção em atividades por ele financiadas. O “Seminário Anticorrupção de Alto Nível para Países Latino-Americanos e de Língua Espanhola do Caribe” procurou identificar os instrumentos legislativos necessários aos países da região para ratificar e implementar a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.

Os participantes desses seminários ressaltaram a necessidade de atividades contínuas de treinamento e formação de capacidade, tanto em nível nacional quanto sub-nacional, à medida que a região busca uma implementação efetiva da convenção e de outros instrumentos legais.

Para mais informação, ver [www.iadb.org/integrity/AR\\_links.cfm](http://www.iadb.org/integrity/AR_links.cfm)

## **INICIATIVAS CONJUNTAS COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS**

Assistiu-se nos últimos anos a um surto de apoio entre as organizações internacionais ao combate à corrupção. A eficácia desse apoio pode aumentar bastante com o uso de métodos coordenados e cooperativos. O OII assumiu um papel de relevo no apoio a essas iniciativas, representando o Grupo do Banco em vários fóruns conjuntos. Uma abordagem harmonizada no seio da comunidade internacional é vital para garantir melhorias sustentáveis no combate à corrupção nos países membros.

## Harmonização entre os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento

Em nome do Grupo do Banco, o OII vem assumindo um papel de liderança no estabelecimento de um diálogo entre os bancos multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento e o Banco Mundial, no sentido de adotar uma abordagem mais harmonizada em relação à detecção e prevenção de fraude e corrupção nas atividades financiadas pelo Banco.

No decorrer de 2005 realizou-se uma série de reuniões, várias das quais foram organizadas pelo OII, destinadas a produzir definições harmonizadas de fraude e corrupção, bem como de diretrizes para investigações.

O OII participou durante o ano de várias mesas-redondas sobre a questão da ética nas instituições financeiras internacionais. Os temas tratados compreenderam a comparação entre políticas e práticas de integridade, tais como códigos de conduta, regulamentos relativos a informantes e mecanismos de divulgação de informações financeiras.

## Sexta Conferência de Investigadores Internacionais

Em junho, o OII organizou a Sexta Conferência Anual de Investigadores Internacionais. A reunião serviu como um fórum para a identificação de melhores práticas e para a troca de experiências entre organizações internacionais e multilaterais sobre a investigação de fraude, corrupção e má conduta. A conferência incluiu debates a respeito de temas como políticas sobre informantes e recebimento de queixas, superposição de competências e responsabilidades, devido processo de investigação, divulgação de interesses, responsabilidade de terceiros, pesquisa de códigos abertos e de bancos de dados e encaminhamentos a autoridades nacionais.

O Chefe do OII continua a atuar como membro da Secretaria da Conferência responsável pelo planejamento de futuras conferências anuais e do aperfeiçoamento da cooperação entre os escritórios de integridade e combate à corrupção de organizações internacionais.

Para mais informação, ver [www.iadb.org/integrity/AR\\_links.cfm](http://www.iadb.org/integrity/AR_links.cfm)

## Grupo Internacional de Coordenação Anticorrupção

O OII representou o Banco na Sétima Reunião do Grupo Internacional de Coordenação Anticorrupção. O encontro teve como objetivo identificar meios de prevenir e detectar fraude e corrupção em operações de socorro em casos de emergências e desastres. Com base na experiência adquirida em operações dessa natureza, o encontro analisou formas recorrentes de corrupção, bem como mecanismos de prevenção e controle. Também foram discutidos mecanismos para pôr em prática a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção e melhorias no intercâmbio de informações entre organizações internacionais.

Para mais informação, ver [www.iadb.org/integrity/AR\\_links.cfm](http://www.iadb.org/integrity/AR_links.cfm)

## **Grupo Internacional de Peritos em Corrupção**

Em 2005, o OII foi convidado a aderir ao Grupo Internacional de Peritos em Corrupção. O chefe do escritório participou do 16a Reunião organizada pela Secretaria da Interpol. O encontro tratou principalmente da conclusão de padrões globais para combater a corrupção em forças policiais e do planejamento adicional para criação do Instituto Anticorrupção, cujos dois objetivos básicos são melhorar a capacidade de investigar e punir casos de corrupção e criar um núcleo competente de especialistas em combate à corrupção.

## **Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal**

O OII representou o Banco no XI Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal. O Congresso, realizado a cada cinco anos, concentrou-se em alianças estratégicas para prevenção do crime e na justiça criminal, inclusive ameaças e tendências da corrupção no século XXI.

Para mais informação, ver [www.iadb.org/integrity/AR\\_links.cfm](http://www.iadb.org/integrity/AR_links.cfm)

## **PALESTRA SOBRE ACESSO À INFORMAÇÃO**

Juntamente com a Assessoria de Relações Externas e o Departamento de Desenvolvimento Sustentável, o OII organizou o seminário “Desenvolvimento, Responsabilidade e Acesso à Informação”. O seminário, realizado em julho na sede do Banco, teve como um de seus pontos altos a apresentação do Relatório Anual do Relator Especial para a Liberdade de Expressão da Organização dos Estados Americanos. A palestra incluiu uma discussão sobre a importância do acesso a informação como meio de assegurar responsabilidade. Essa foi a primeira vez em que o Relator Especial apresentou um relatório anual para um banco multilateral de desenvolvimento.

# O caminho a percorrer



O Escritório de Integridade Institucional continuará a avançar com base nos resultados obtidos em 2005, ao mesmo tempo em que buscará alcançar os seguintes objetivos estratégicos em 2006:

- Aumentar sua capacidade de investigar casos e denúncias num prazo razoável, mediante o término do programa de instalação de um sistema de gerenciamento eletrônico, entre outras medidas.
- Ampliar seus meios de prevenir a corrupção, mediante a melhoria de sua capacidade de analisar resultados e extrair lições das investigações e comunicar com eficácia esses resultados a partes pertinentes dentro e fora do Banco.
- Desenvolver mecanismos proativos para detectar e prevenir a corrupção, inclusive com análises pormenorizadas das carteiras de projetos.
- Apoiar a preparação do novo quadro de integridade do Banco, ajudando na adoção do novo Código de Ética e do novo sistema de divulgação de informações financeiras, e contribuir para a formulação e a implementação do programa de capacitação em ética para os funcionários do Banco.
- Criar uma estratégia de comunicação mais sólida, de modo a divulgar melhor entre os funcionários do Banco e o público em geral a estratégia anticorrupção do Grupo do BID.
- Manter o programa de assistência aos países mutuários interessados em aumentar sua capacidade de investigar e prevenir fraude e corrupção por meio de capacitação e atividades de intercâmbio de informações.
- Dar prosseguimento ao diálogo com a comunidade dos bancos multilaterais de desenvolvimento e das organizações internacionais para explorar meios de partilhar e alavancar experiências e harmonizar práticas.
- Colaborar com outros departamentos do Banco na análise e na intensificação dos esforços da instituição para cumprir o mandato constante do documento *“Fortalecendo um Marco Sistêmico Contra a Corrupção para o Banco Interamericano de Desenvolvimento”*.

## Instrucciones Para Hacer Llamadas Internacionales con Cobro a Destino:

- Marque el código de acceso que corresponde al país donde se encuentra (véase cuadro).
- Le contestará una operadora o un mensaje grabado que le indicará marcar el número al que quiere llamar.
- Marque **877-223 4551** (no marque ni el 1 ni el 0 antes de este número).
- Una operadora le contestará: "Gracias por llamar a AT&T" y conectará su llamada a nuestra oficina. Allí escuchará un mensaje inicial.
- A continuación, se le indicará seleccionar el idioma de su preferencia: inglés, español, francés o portugués.

País	Códigos de Acceso		
Alemania	0-800-2255-288		
Argentina	0-800-555-4288	0-800-222-1288	0-800-288-5288
Austria	0-800-200-288		
Bahamas	1800-872-2881		
Barbados	1800-872-2881		
Bélgica	0-800-100-10		
Belize	811	555	
Bolivia	800-101-110	800-101-111	
Brasil	0800-890-0288	0800-8888-288	
Canadá	1-800-225-5288		
Chile	800-225-288	800-360-311	800-360-312
	800-800-311	800-800-312	800-800-288
Colombia	01-800-911-0010	01-800-911-0011	
Costa Rica	0-800-0-114-114		
Croacia	0-800-220-111		
Dinamarca	8001-0010		
Ecuador	1-800-225-528	1-800-999-119	
El Salvador	800-1785		
España	900-99-00-11		
Estados Unidos de América	1-800-225-5288		
Finlandia	0-8001-10015		
Francia	0800-99-00-11	0805-70-12-88	
Guatemala	99 99-190	138-126	138-120
Guyana	159		
Haití	183		
Honduras	800-0-123		
Israel	1-80-94-94-949		
Italia	800-172-444		
Jamaica	1-800-872-2881	872	
Japón	005-39-111	0066-55-111	0044-11-111
México	01-800-288-2872	001-800-462-4240	01-800-112-2020
Nicaragua	1-800-0174	1-800-0164	
Noruega	800-190-11		
Países Bajos	0800-022-9111		
Panamá	800-0109	800-2288	
Paraguay	008-11-800	Solamente en la ciudad de Asunción.	
Perú	0-800-50-000	0-800-50-288	0800-70-088
Portugal	800-800-128		
Reino Unido	0800-89-0011	0500-89-0011	
República Dominicana	11 22		
Suecia	020-799-111		
Suiza	0-800-89-0011		
Suriname	156		
Trinidad y Tobago	1-800-872-2881		
Uruguay	000-410		
Venezuela	0800-2255-288	0800-5526-288	



[www.iadb.org/integrity](http://www.iadb.org/integrity)